

O DIABO		MAIS	
TEMPO		TV-GUIA	
O PAIS		SETE	
O JORNAL		EXITO	
TAL & QUAL		A BOLA	
EXPRESSO		GAZETA DOS DESPORTOS	
SEMANARIO		RECORD	
<i>A Capital</i>	<i>4-11-80</i>	OFF-SIDE	

A FARPA

Por



IVA DELGADO

NUM velho hábito de gravação político-intrigante quase toda a gente se entretém com o novo elenco governativo. Porém, os menos dados à fervilhação de pequenas-grandes influências creem que tal Governo, atado de pés e mãos à nascente, não afectará para melhor ou pior a andança do País. Porque o que está em causa, depois da reviravolta de Outubro, ultrapassa as regras convencionais da boa ou má governação. Assim, quem baseou toda a sua campanha na competência vê, de súbito, esse «slogan» tornado absurdamente irrelevante.

É isso que não deve ter penetrado a aparentemente dura tecnicidade de Cavaco Silva que vendeu a receita da competência, como se uma palavra, qualquer palavra, pudesse resgatar iniquidades que se tramam para lá das competências ou incompetências seja de quem for.

No dia em que o espírito livre não puder ir além do grito útil e sério contra a incompetência, no dia em que o espírito livre esteja afadigadamente em casa a contar pares de peúgas, no dia em que o espírito livre esteja reduzido a ver passar elenques sem poder denunciar políticas de poder pessoal, antinacionais, antidemocráticas, populistas, demagógicas, virulentamente desprestigiantes para a imagem externa do País, nesse dia, talvez os tecnocratas que fazem política aprendam que vale mais uma ideia inovadora que o somatório das suas irrealizáveis competências, que vale mais um espírito criticamente livre que dezenas de partidários feudais. Porque o pensamento livre é a essência da política; não um qualquer código de acção, um formulário de conveniências, um rosário de promessas etiquetadas da abstracta e anestesiante competência. Ninguém foi mais «competente» que Salazar na pasta das Finanças.

Situemo-nos, por hipótese, no terreno puro da competência e do que o conceito virtualmente implica: significará que as políticas devem ser submetidas a padrões de ordem científica e técnica que no seu logicismo conceptual dão soluções infalíveis? Significará que a técnica deve reger a política de uma forma teórica a partir de conceitos aplicados e puros na sua tangência formal e perfeccionista? Significará que os economistas são capazes, isoladamente, de impor fórmulas que alterem a vida quotidiana dos países ofertando-lhe o tão almejado desenvolvimento? Significará que está nas mãos de homens sábios — de uma sabedoria parcial, mas de pretensões globais — o controlo dos milhões de modelos possíveis que constituem o xadrez múltiplo da vida? Será esse poder fruto da competência — da que vem nos cardápios herméticos da tecnologia avançada, nos canhenhos da casuística economicista, nas biblias do progresso? Será a política uma questão de números? Será o homem um número, um indicador, um expoente, um múltiplo, um zero?

Fórmulas

Mas se é apenas uma questão técnica, porque será que a fórmula mágica, essa fórmula infalível, não se torna evidente a todos como uma revelação divina? Pois se todos querem o bem-estar social, inclusive a engenharia Pintasilgo, porque não se obtém o bem-estar social de imediato? Porque está o mundo

em perpétua crise, se existem tantos sistemas infalíveis? Porque não se realiza já aqui neste momento o tão almejado paraíso? Porque nunca se realizou ele, nem com as mais sintéticas ditaduras que sempre por detrás têm um corpo de sábios? Pois não é a partir do poder que se impõem doutrinas? Porque será então que nem nos países onde a contestação é nula, onde o poder económico serve o poder político, porque será que nem aí os economistas conseguem aligeirar o fardo humano? Não é por falta de meios, de vontade, por se tudo lhes é proporcional de antemão, inclusive a passividade das populações. Não será que esses regimes e todos aqueles que se inflexibilizam num conjunto de certezas projectam no vácuo humano? E no entanto, fazem-no em nome da competência, que significa a selecção dos melhores, por critérios previamente definidos, por alguém que se considera detentor exclusivo da competência. Quer dizer, de uma parcela já de si elitisticamente rarefeita — podem ser economistas, militares, tanto faz, é que se extraem os que definem o destino dos outros — a massa dos incompetentes. O princípio é velho.

Não devemos situar-nos na visão atrasada e imbecilizante do retorno a uma sociedade patriarcal onde as hierarquias naturais funcionam com o pêndulo monocárdico do conservatismo; nem no horizonte do desespero que uma comunidade arquitetnicizada incute no cidadão comum. Não devemos aceitar as utopias dos partidos messiânicos. A realidade concretíssima diz-nos que nenhuma destas tentações é saudável. No equilíbrio de uma sociedade baseada no respeito pelos valores culturais, no dealbar de uma nova página que representa a integração na Europa, o revivimento da tecnocracia dogmática traduz um perigo obcecante.

Quase tão arcaicamente paternalista como aquele que os dirigentes do PRD badalam — o das virtudes doméstico-políticas. A obstinação da política purificada de mácula humana, quer no sentido hermético da tecnologia quer no da bondade natural remete os valores humanistas para o limbo das inutilidades. Esse devianismo da verdadeira acção do homem na terra pelo inchamento do seu papel exclusivamente técnico-produtor ou de ouvinte passivo das virtudes apostólicas destrói o espírito livre. O instinto dos homens de inteligência detecta estes perigos antes mesmo que os seus autores professos os deem à luz num parto feliz e sem dor.

A voz caústica e convencida ou o sorriso destituído são ambos filhos de uma era de menoridade mental. Quando os debates nacionais incidirem em gráficos feitos por programadores sem rosto, quando os debates nacionais se prenderem na

bainha da saia, a voz humanística não resiste, define por automutilação, apaga-se, introverte-se. Porque ela só pode desenvolver-se, resistir, combater, criticar no terreno da inteligência. No deserto morre de sede.

Por isso, as duas vias que acabam por ser a mesma baseada na selecção (feita por quem? quem selecciona os seleccionadores?) são perigosas porque nesse terreno existem contendores astutos, profissionais da política dogmatizada, e esses estão muito bem rodados na arte de mistificar.

Reviravolta

Por estes motivos que são um só, é que as pessoas conscientes da gravidade da reviravolta nacional de Outubro vêem o novo Governo com cepticismo senão com indiferença. É que o polo de gravação nacional deixou de estar no Governo. Este será um Governo administrativo, a sua acção executiva está temporalmente condicionada, viverá de constantes ajustamentos, cedências, transigências. Poderia ser um Governo de fantoches que o resultado seria o mesmo. Outros dados estão lançados na sociedade política. Por isso é que os portugueses sentem que as presidenciais são a partida decisiva.

Cada candidato a presidente da República traz colado às costas o seu passado político, o seu presente político, o seu futuro político. Conta mais a pessoa? Ou a circunstância que a rodeia? Os resultados o dirão.

Para uns, o estar só pode significar um certo tipo de trunfo, um arrecadar de afectividade popular. Noutros, a roupagem de circunstâncias quase abafa a pessoa; um dos candidatos — Freitas do Amaral — é a direita global; outro é o militarismo eanista — Costa Brás; outro é a esquerda populista e demagógica eivada do trunfo maternalista — Pintasilgo; outro é a pessoa — Mário Soares. Porquê? Vejamos.

O espaço democrático do consenso e do equilíbrio foi sugado abruptamente pelos resultados eleitorais; (maioritária) a frente de esquerda tenta a todo o custo remover o obstáculo — o único — talvez o último — Mário Soares — a uma unidade de esquerda. A direita, depois de maquiadas as perplexidades e os temores que se seguiram aos foguetes, cria um edifício sólido cujo único senão em termos eleitorais é o de ser completamente estanque. Portanto, a direita (a que sabe fazer contas) não conta com a vitória do seu candidato, embora proclame o contrário. Isto é, não tem estratégia de luta democrática perante a eventualidade de um partido forte de esquerda que congregue todos os outros.

Diremos ainda que Mário Soares está imobilizado num presente político absurdo se pensarmos em termos de grupos políticos, não se o fizermos em termos de pessoas; nem falemos do passado político, porque o fascismo, enquanto questão nacional, foi rapidamente fossilizado; quanto ao seu prestígio internacional, na consciência fechada e umbilical dos portugueses, reveste-se de um

vago sentido de viagem permanente. Não entendem o significado da importância esmagadora do facto de Mário Soares ser o português mais conhecido do mundo. Fica aquém da sua horta.

Equilíbrio

Façamos agora um parêntese para um pensamento simples: se Cavaco Silva abriu a porta do eanismo, será que Freitas, pela mesma lógica de vitória-derrota, não abrirá a porta ao pintasilgismo? Quando isso sucedesse poderíamos ter uma certeza: Freitas retirar-se-ia da cena política como fez no passado, quando a AD se estabeleceu. Cá ficaríamos os outros, os que acreditam na sua vitória, a remoer os estragos, entre incrédulos e agastados.

Partamos para outra premissa: a ambiguidade gerada pelos resultados de Outubro, se por um lado criou uma situação de virtual impasse político colocando um governo minoritário (competente ou não) em permanente contingência de compromissos «à la minute» para cada lei que pretenda passar, por outro definiu de forma vivida os dois campos políticos, até então forçados à convivência democrática pela mão consensual do dr. Mário Soares e do que ele representa na sociedade democrática.

Por incongruência ou simples ilogicidade dos números, o que sucedeu criou ou vai criar em breve a necessidade aguda de um equilíbrio de forças capaz de contrarrestar a ambição totalizante do eanismo, que de «bluff» terá apenas a sua própria incapacidade decisória e a manta de retalhos de interesses e avidizes.

Ironicamente, o espaço de consenso que foi derrotado em Outubro surge como indemonstravelmente necessário ao percurso democrático moderno e civilizado. O equilíbrio de contrários de que a habilidade política é o tónus e a seiva, tenderá a romper-se unilateralmente pelolado fraco — o do governo minoritário. Um puxão ao tapete, a qualquer altura (não já porque ainda não convém) e não existirá força política capaz de fazer frente a esse projecto difuso. Mário Soares, «malgré lui», será de novo o símbolo da democracia quando o projecto de acampamento da esquerda se agudizar.

E então, com ou sem Partido Socialista às costas, Mário Soares viverá a contradição suprema do isolamento, enquanto baluarte de políticas ultras e de pêndulo político de desvarios e extremismos radicalistas.

Como ponto de referência obrigatório do regime democrático, ele surge como vítima de um processo devorista. Enquanto se mantiver na liça como combatente da via consensual e da modernidade e maturidade democráticas será a bússola desse equilíbrio perdido. Por isso se fala de uma candidatura necessária. Mais necessária ainda quando se pensa que os que falam em mudança não têm em mente outra coisa senão essa mudança de eixo, esse esticão já dado ao tecido democrático do País.

Os grandes estremeções po-

líticos têm por vezes um efeito purificador, esclarecedor da realidade política. A desconfiança latente sentida a vários níveis e amplamente denunciada há anos, de um telecomando da política nacional vinda de Belém, de um elemento de instabilidade política intencional, de uma desafecção do sistema partidário tiveram agora a sua notável estreia pública. Para os que planeiam por etapas esta foi ostensiva de mais, desejam refreá-la o mais possível: nesse sentido é que o candidato Pintasilgo sai da mão; fogue do esquema, altera as cores, como uma fotografia de que até agora só vissemos o negativo. A avalanche não lhes interessa.

O apelo ao sufrágio directo e universal tem neste contexto uma certa dose de hipocrisia. Como hipócritas e degradantes são certos sistemas de viciação.

Dignidade

Os portugueses são criaturas politicamente frágeis, quer por defeito próprio do não te rales, quer pela maneira como hoje em dia a política se assume como um processo dependente da telecomunicação. Parece não haver nada a fazer senão competir nesse terreno. Mas há limites.

A viciação eleitoral em Portugal tem longa tradição: foi o prato forte do regime salazarista que recorria a métodos vis para impedir a verdade e a sua expressão nos resultados eleitorais. A lavagem ao cérebro feita a partir do poder atingia proporções degradantes. Apesar de ser uma farsa esta era levada por diante para a perpetuação do mito de uma ditadura democrática. A democracia «orgânica» era o eufemismo que ocultava a dominação unilateral de toda uma sociedade.

Em democracia os métodos falsários são outros, mas também existem. O seu propósito é o mesmo — a lavagem ao cérebro. Não de uma forma brutal ou onsonante ofensiva, mas de uma forma atractiva, com engenho, com marketing, com estreado propósito de venda de um produto.

A política começa e acaba na dignidade. Não basta parecer digno, é preciso sê-lo. Quando a política cede o terreno à publicidade, fingindo que não é propaganda, diminui-se na exacta proporção em que deixa de respeitar o eleitor para o considerar um consumidor. No papel de consumidor, ao votante potencial apenas lhe é exigido o carneirismo de uma opção previamente tomada por ele.

Conhecendo-se as reacções-tipo de homens e mulheres de uma sociedade de consumo fornece-se o modelo desejável re: forçando este ou aquele traço para atingir o objectivo pretendido — a venda de um candidato.

Atingiu-se o inconcebível com a venda do livro oportuno de Freitas do Amaral. Mais uma vez o inconcebível foi introduzido na sociedade normalizada como produto normal. Em termos de seriedade política é o começo do fim.

Se a lei não prevê este caso de sobreposição descarada do meramente comercial com a

propaganda política, se a lei não prevê todos os casos de imoralidade possíveis no jogo competitivo das eleições democráticas, se a lei, por inoperante, permite a impunidade num caso de propaganda indirecta é porque a lei, por sua natureza judicial, não consegue prever todas as intenções maquiavelicamente possíveis de desvio ou omissão à mesma lei. Seja como for há aqui qualquer coisa que cheira mal.

Quanto mais não fosse, já que legalmente parece que a publicidade tem primazia sobre a dignidade individual e colectiva do eleitor, resta-nos a rejeição moral e o desprezo por quem se deixa viciar logo de início por um processo incorrecto. Se as denúncias deste tipo de procedimento não resultam por falta de abrangência legal que nos reste a esperança de que a consciência cívica dos portugueses ainda não tenha sido completamente neutralizada pela presença penetrante e devastadora dos «mass media».

Mas como já vimos há outras viciações não tão perceptíveis a olho nu ou à mentalidade ingénuo do eleitor comum.

Não está em causa o fôlego das claques políticas. Ou os processos de venda ao público, a angariação lícita ou não de apoios, os métodos de pressão utilizados, tudo isso é mais ou menos passível de detecção e faz parte da encenação de suplicio.

O que está em causa é a consequência política para o País, no seu todo, da vitória ou derrota deste ou daquele candidato. Esse é que é o verdadeiro prolongamento político dos resultados das eleições de 6 de Outubro, cujo alcance Eduardo Lourenço em artigo recente comparou ao do 25 de Novembro, acrescentando que é o seu coroamento. E se seguirmos o seu pensamento em directo vemos como é transparente o seu diagnóstico: (...) Se a sondagem ao natural que foi feita ao País a 6 de Outubro quer dizer alguma coisa, é curial Imaginar que dentro em breve tenhamos entre nós um partido forte, de conotação populista e popular indubitáveis, à frente do qual estará o actual Presidente da República. («O Jornal», 25/10/85).

O gélido anúncio contido nestas palavras contrasta com a ambiguidade do contexto donde foram extraídas: trata-se do grito alarmado de um homem do sector da inteligência contra um candidato militar, pelo que representa de menoridade cívica para Portugal; por outro lado sabe-se que é na esquerda populista e orgulhosa que o autor se empenha. Eliminado o candidato militar, muito provavelmente nas eleições de Dezembro, a aposta fica em aberto. Para todos nós que nos dermos ao trabalho de reflectir. Continua.